



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 4, DE 2018

(nº 14/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO GUERRA DE ARAÚJO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Nigéria.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 14

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RICARDO GUERRA DE ARAÚJO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria.

Os méritos do Senhor Ricardo Guerra de Araújo que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de janeiro de 2018.

EM nº 00294/2017 MRE

Brasília, 15 de Dezembro de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de RICARDO GUERRA DE ARAÚJO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Nigéria.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de RICARDO GUERRA DE ARAÚJO para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 16 - C. Civil.

Em 8 de janeiro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RICARDO GUERRA DE ARAÚJO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria.

Atenciosamente,

GUSTAVO DO VALE ROCHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, Substituto

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE RICARDO GUERRA DE ARAÚJO

CPF.: 244.312.061-91

ID.: 534012 SSP-DF

1961 Filho de Nilton de Jesus Araújo e Maura Guerra de Araújo, nasce em Brasília-DF

Dados Acadêmicos:

- 1983 CPCD – IRBr
1986 Curso de graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília-D.F
1993 CAD-IRBr
1995-96 Mestrado em Administração e Economia (MBA) pela Ecole des Hautes Etudes Commerciales (HEC), Paris-França
Tese apresentada no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (CAE) sob o título " As ambições normativas e a estratégia comercial da União Europeia em negociações de acordos preferenciais de comércio: o caso do Mercosul " (menção com "louvor")
2006

Cargos:

- 1984 Terceiro-Secretário
1989 Segundo-Secretário
1997 Primeiro-Secretário, por merecimento
2004 Conselheiro, por merecimento
2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

- 1984-86 Divisão da África I - DAF I, Assistente
1986-87 Divisão de Política Comercial – DPC, Assistente
1987-88 Departamento Econômico - DEC, Assistente
1988-89 Divisão de Comercio Internacional – DCI, Assistente
1989-1992 Delegação Permanente junto ao GATT/OMC e Organismos das Nações Unidas em Genebra)
- 1992-95 Embaixada em Praga, Chefe do setor econômico
1997-99 Divisão de Política Financeira – DPF, Assistente
2000-03 Delegação Permanente junto à Comissão Europeia em Bruxelas, Coordenador das Negociações Comerciais Interregionais Mercosul-UE
2004-08 Secretário-Executivo da delegação brasileira para as reuniões da Comissão Mista Econômica Bilateral Brasil-Alemanha
2008-14 Embaixada em Paris, Chefe dos setores OCDE/Econômico
2014-17 Embaixada em Sófia, Encarregado de Negócios e Ministro-

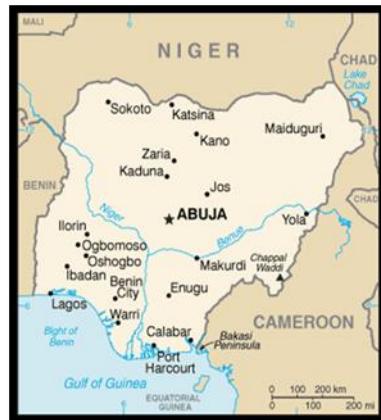
Condecorações:

Légion d'Honneur, França (grau de Cavaleiro)

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Nigéria



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Dezembro de 2017

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República Federal da Nigéria
Capital:	Abuja
Área:	923.768 km ²
População (FMI, est. 2017):	188,6 milhões
Idiomas:	Inglês (oficial), Hausa, Ioruba, Ibo, Fulani
Principais religiões:	Islamismo (50%); Cristianismo (40%); religiões locais (10%)
Sistema político:	República federal presidencialista
Chefe de Estado e de Governo:	General Muhammadu Buhari (desde maio de 2015)
Chanceler	Geoffrey Onyeama (desde novembro de 2015)
PIB (FMI, est. 2017):	US\$ 413 bilhões
PIB PPP (FMI, 2017):	US\$ 1,1 trilhão
PIB per capita (FMI, est. 2017):	US\$ 2.192
PIB PPP per capita (FMI, 2017):	US\$ 5.933
Variação do PIB (FMI):	0,8% (est. 2017); -1,5% (2016); 2,7% (2015); 6,3% (2014)
IDH (ONU, 2015):	0,527 (152 ^a posição entre 188 países)
Expectativa de vida (ONU, 2015):	53,1 anos
Índice de alfabetização (UNESCO, 2015):	72,8%
Unidade monetária:	Naira (NGN)
Comunidade brasileira (est.):	140 pessoas
Embaixador em Brasília:	Christopher John Nonyelum Okeke
Embaixador em Abuja:	João André Pinto Dias Lima

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil – Nigéria	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 (jan-out)
Intercâmbio	5.826	6.783	9.578	9.078	10.523	10.450	5.321	2.036	1.423
Exportações	1.066	862	1.192	1.066	876	955	688	731	645
Importações	4.760	5.920	8.386.	8.012	9.647	9.495	4.633	1.305	777
Saldo	-3.693	-5.058	-7.194	-6.945	-8.772	-8.539	-3.945	-574	-132

Informação elaborada em 5/12/2017, por Helges Samuel Bandeira. Revisada por Artur José Saraiva de Oliveira, em 6/12/2017.

APRESENTAÇÃO

A Nigéria, grande e populoso país africano rico em petróleo, organiza-se politicamente em federação formada por 36 estados. Adota a República e o presidencialismo, respectivamente, como forma e sistema de governo. A Constituição da República Federal da Nigéria (1999) estabelece a separação entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). O presidente é eleito por sufrágio universal direto, para mandato de quatro anos. A Constituição permite que o chefe de Estado seja reeleito apenas uma vez. A Assembleia Nacional é bicameral: o Senado é composto por 109 membros, ao passo que a Câmara de Representantes conta com 360 deputados. Os parlamentares são eleitos por sufrágio universal direto para mandato de quatro anos. Apesar dos esforços do governo nigeriano, a corrupção é considerada sistêmica e generalizada pela maioria dos analistas e perpassa diferentes níveis da administração pública, o que gera certa insatisfação popular com a classe política.

O país, estrategicamente situado no Golfo da Guiné, é caracterizado pela divisão entre o Sul – mais desenvolvido e de maioria cristã – e o Norte – região mais pobre e de maioria muçulmana. Além das diferenças regionais, há um complexo cenário étnico: o país é habitado por mais de 500 grupos étnicos, entre os quais os principais são os iorubás, que ocupam, sobretudo, o sudoeste do país; os haussá, nortistas e muçulmanos; e os igbo (ou ibo), que vivem principalmente no sudeste e são cristãos. O sistema federativo, raro no continente africano, tem favorecido a integridade territorial nigeriana, na medida em que alivia demandas que, em um Estado unitário, poderiam se desdobrar em conflitos secessionistas mais graves. Salienta-se, ainda, a presença do grupo terrorista muçulmano Boko Haram, que continua a perpetrar atentados, principalmente no norte do país.

Na Nigéria, o Brasil conta com uma embaixada na capital, Abuja, e com um Consulado-Geral em Lagos, pujante metrópole do oeste africano que despenha o papel de centro econômico de toda a região. Em termos das relações bilaterais, a Nigéria foi, durante muitos anos, o maior parceiro comercial do Brasil na África, em razão das importações de petróleo nigeriano. Entre 2008 e 2015, entretanto, o Brasil acumulou mais de US\$ 49 bilhões de déficit no comércio com a Nigéria. Com a queda dos preços

internacionais do petróleo e a redução da demanda brasileira, o comércio bilateral caiu significativamente desde 2015, o que fez cair o déficit comercial de US\$ 8,5 bilhões, em 2014, para US\$ 574 milhões, em 2016.

Em agosto de 2017, realizou-se, por iniciativa do governo brasileiro, o Fórum Empresarial Brasil-Nigéria, em Lagos. Foram gerados US\$ 1,5 milhão em negócios imediatos e expectativa de US\$ 41,2 milhões nos próximos doze meses. Com base nos contatos realizados pelos empresários brasileiros, identificou-se demanda significativa nos setores agrícola e de máquinas e equipamentos. A missão empresarial laçou as bases para a visita do Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes, em outubro de 2017, no contexto de seu segundo périplo pelo continente africano. Durante a visita, o governo nigeriano demonstrou interesse em explorar iniciativas de cooperação técnica nos setores de energia, agropecuária, aprendizagem industrial e defesa, assim como estudar formas de incrementar o comércio e os investimentos bilaterais. As autoridades nigerianas têm especial interesse em incluir o país como beneficiário do Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI). No domínio político-diplomático, salienta-se o Mecanismo de Diálogo Estratégico, cuja segunda sessão deverá realizar-se, oportunamente, na Nigéria. O Mecanismo é copresidido pelos vice-presidentes da República dos dois países.

PERFIL BIOGRÁFICO



General Muhammadu Buhari
Presidente da República

Nasceu em 1942 e ingressou no Exército em 1961. Exerceu, ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, uma série de cargos públicos, entre eles o de governador do estado do Nordeste, área que corresponde atualmente a seis estados nigerianos. Em 1983, Buhari e o major-general Tunde Idiagbon foram escolhidos pelo Exército para governar o país após golpe de Estado que derrubou o presidente civil Shehu Shagari. Em 1985, o próprio Buhari foi derrubado, em novo golpe militar, após o qual ficou preso por mais de três anos. Entre 1995 e 1998, serviu como diretor do Fundo Fiduciário do Petróleo ("Petroleum Trust Fund"). Em 2003 e 2007, foi o candidato do *All Nigeria People's Party* (ANPP) à presidência. Em 2011, concorreu novamente, dessa vez sob a bandeira do *Congress for Progressive Change* (CPC). Foi derrotado nas três ocasiões pelos candidatos do *People's Democratic Party* (PDP).

Em março de 2015, concorrendo como candidato do *All Progressives Congress* (APC) – agremiação fundada em 2013 como resultado da fusão de partidos oposicionistas (entre os quais o ANPP e o CPC), elegeu-se, derrotando o então presidente Goodluck Jonathan. Apesar de já ter governado a Nigéria na década de 1980, durante o regime militar, Buhari afirma ser um "democrata convertido", tendo adquirido reputação de "incorruptível".

Desde o início de 2017, Buhari tem se afastado, com frequência, das funções presidenciais, a fim de realizar tratamento médico em Londres. A pouca transparência com que o governo nigeriano vem tratando o assunto tem aberto margem a especulações sobre o real estado de saúde do

presidente, bem como aumentado as incertezas sobre a conjuntura política no país.

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

Os vínculos bilaterais antecedem, em cerca de cinco séculos, o estabelecimento de relações formais entre os Estados do Brasil e da Nigéria, em meados do século XX. Remontam à transferência forçada de milhares de habitantes da atual Nigéria, como escravos, ao Brasil, onde contribuíram para a formação da identidade nacional brasileira. As influências são observadas nos dois sentidos, como no caso dos nigerianos retornados, especialmente durante o século XIX, que auxiliaram, com a cultura adquirida no Brasil, na construção do que viria a se tornar a Nigéria independente.

O Brasil reconheceu a independência da Nigéria em 1960, ano em que a emancipação política do país africano foi proclamada diante do Reino Unido, e foi o único país sul-americano convidado ao evento de proclamação da independência nigeriana. Em 1961, os dois países estabeleceram relações diplomáticas e, naquele ano, foi criada a Embaixada do Brasil em Lagos, então capital do país. A Nigéria estabeleceu Embaixada no Brasil em 1966.

Desde a redemocratização da Nigéria, em 1999, as iniciativas de aproximação adquiriram novo impulso, com a realização de diversas visitas de alto nível. O presidente Olusegun Obasanjo visitou o Brasil em 1999 e 2005. O presidente Lula da Silva visitou a Nigéria em 2005 e 2006. Mais recentemente, o presidente Umaru Yar'Adua visitou o Brasil em 2009, e a presidente Dilma Rousseff visitou a Nigéria, acompanhada de empresários brasileiros, em fevereiro de 2013, ocasião em que se assinou o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico, que prevê sessões anuais copresididas pelos vice-presidentes de cada país. Além disso, Goodluck Jonathan e Dilma Rousseff mantiveram encontro bilateral em 2012, à margem da Conferência Rio+20.

O interesse do governo nigeriano em contar com o Brasil como parceiro privilegiado tornou-se ainda mais premente diante da nova dependência econômica do país africano em relação à China. A parceria com o Brasil e com outros países emergentes conferiria ao governo nigeriano maior margem de barganha frente à crescente presença chinesa.

Em novembro de 2013, realizou-se, em Brasília, a I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Nigéria, ocasião em que foram criados nove Grupos de Trabalho (GTs) sobre agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento agrário, temas consulares e jurídicos, defesa, mineração, energia, comércio e investimentos, cultura e infraestrutura. O evento, copresidido pelo então vice-presidente brasileiro Michel Temer e pelo então vice-presidente nigeriano Namadi Sambo, propiciou a discussão de possibilidades de investimentos no setor energético nigeriano, bem como o andamento das negociações de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI), proposto pelo Brasil em outubro de 2013.

II Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico (MDE). Por diversas razões, a II Sessão não ocorreu ainda. Em agosto de 2016, com a vacância da Vice-Presidência da República no Brasil, novo entendimento com os nigerianos passou a ser necessário a respeito de quem deveria copresidir o Mecanismo. A Chancelaria nigeriana acabou, na prática, por incluir toda iniciativa bilateral, em qualquer área, no âmbito dos grupos de trabalho do Mecanismo, o que dificulta, assim, a evolução de temas individuais, como se nota, por exemplo, no caso da proposta brasileira de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

A II Sessão deverá ocorrer na Nigéria, após o aprofundamento dos trabalhos no âmbito de cada um dos grupos de trabalho, em data mutuamente acordada entre os lados brasileiro e nigeriano. Sua eventual organização constitui ação prioritária a ser desenvolvida com a Nigéria, não apenas pela relevância do Mecanismo, que reflete o alto grau de entendimento entre os dois países, mas, também, pelo impulso que dará a temas bilaterais que hoje se encontram em compasso de espera.

Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI). A Nigéria manifestou interesse em aderir ao PMAI em 2012, durante a administração do presidente Goodluck Jonathan. Em julho de 2016, em visita à Embaixada brasileira em Abuja, assessores especiais do ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Nigéria reiteraram o interesse do país em participar do Programa. Em novembro de 2016, o diretor do PMAI, Guilherme Menezes Martinelli, visitou Abuja, para encontrar-se com autoridades nigerianas e avaliar a possibilidade de estabelecer programa de cooperação nas áreas de desenvolvimento agrário e agricultura familiar, no âmbito do PMAI. Em maio de 2017, delegação nigeriana liderada pelo ministro da Agricultura esteve no Brasil para assinar Protocolo de

Intenções, com vistas à entrada da Nigéria no PMAI. A solicitação está sendo considerada no âmbito do atual momento de reavaliação do programa.

Cooperação técnica. A Nigéria tem demonstrando considerável interesse em parcerias com o Brasil nos domínios agrícola, pecuário, energético e de combate a ilícitos transnacionais. Atualmente não há projetos bilaterais de cooperação técnica em execução, apesar de algumas demandas do lado nigeriano.

Dois projetos de cooperação ("Produção e Processamento Agroindustrial de Mandioca" e "Produção e Processamento de Frutas Tropicais e Hortaliças na Nigéria"), ambos com a *Agricultural Research Center of Nigeria* (ARCN) e a Embrapa, tiveram algumas atividades executadas até o primeiro semestre de 2014. Entretanto, não houve manifestação posterior do Governo da Nigéria para a retomada das atividades de cooperação, de modo que se procedeu ao encerramento dos projetos.

Em junho de 2017, a *Economic and Financial Crimes Commission* (EFCC), órgão nigeriano governamental responsável pelo combate a crimes econômicos e financeiros, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo solicitou a cooperação brasileira nas áreas de treinamento, investigação e inteligência. Em recente visita à embaixada brasileira em Abuja, representantes da EFCC reafirmaram o pedido de colaboração e se dispuseram a enviar ao Brasil oficial nigeriano para treinamento em segurança e inteligência. O Ministério da Justiça brasileiro ainda está avaliando a possibilidade de atender a esse pedido.

Em correspondência enviada à embaixada brasileira em Abuja, em junho de 2017, o secretário executivo da *Petroleum Products Pricing Regulatory Agency* (PPPRA) reiterou o desejo de cooperar com o Brasil na área de biocombustíveis, no âmbito do "*PPPRA's Biofuels Programme*". Na carta, a PPPRA confirma a intenção de enviar missão ao Brasil para encontros com autoridades do setor público e privado e agências de pesquisa e de desenvolvimento, o que pode ocorrer no primeiro semestre de 2018.

Cooperação em defesa. O Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em julho de 2010, ainda aguarda negociação para adequação à Lei de Acesso à Informação. O diálogo bilateral em temas militares é facilitado pelo trabalho da Adidância de Defesa junto à

Embaixada do Brasil em Abuja, criada em 2004, que constitui a única de país sul-americano na Nigéria.

Nos últimos anos, navios das Marinha brasileira e nigeriana realizaram visitas a portos em ambos os países. Abuja tenciona obter cooperação na repressão à pirataria no golfo da Guiné e na formação de forças especiais para o combate ao grupo terrorista Boko Haram que atua no norte do país. Há, igualmente, perspectivas de cooperação em cursos nos setores de segurança de voo, formação de pilotos de helicóptero para o Exército nigeriano, operações aeroterrestres e operações em ambiente de selva. A experiência da Engenharia de Construção do Exército Brasileiro na execução de obras de infraestrutura pode constituir boa oportunidade de cooperação com a Nigéria.

Houve, nos últimos anos, intensa troca de visitas entre altos oficiais militares dos dois países. Vale mencionar que o general Tukur Baratai, comandante do Exército nigeriano, realizou visita ao Brasil em abril de 2017. Durante a visita, a delegação nigeriana demonstrou interesse na experiência brasileira nos seguintes temas: operação e aquisição de "drones", munição leve e helicópteros, assim como treinamento de forças especiais na selva.

No que se refere à cooperação bilateral em formação e aperfeiçoamento de pessoal militar, há três cadetes nigerianos no Brasil: um na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), um na Escola Naval (EN) e um na Academia da Força Aérea (AFA). De 24/08 a 07/10/2016, houve estágio para engenheiros da Marinha nigeriana no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, e, de 12/09 a 14/10, militar do Exército nigeriano frequentou o Estágio Internacional de Operações na Selva, no Centro de Instrução de Operações na Selva (CIGS), em Manaus. Há crescente participação de militares brasileiros em cursos de treinamento organizados pelo "National Defense College" (NDC) da Nigéria, equivalente à ESG no Brasil. Em 5 de setembro de 2016, coronel do Exército brasileiro iniciou curso no NDC, com término em agosto de 2017. Trata-se da terceira vez que o Brasil é representado nos cursos daquela escola.

Cooperação cultural. Entrou em vigor, em 2014, Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre os dois países, assinado em 2000, em Brasília. Antes disso, em 2013, minuta de Programa Executivo Cultural foi apresentada pela parte nigeriana e encaminhada ao Ministério da

Cultura para análise. No entanto, como à época o Acordo de Cooperação Cultural ainda não estava em vigor, por não haver sido ratificado pela parte nigeriana, as negociações não prosperaram. Encontra-se em vigor, ainda, Acordo por Troca de Notas sobre Rádio e Televisão, assinado em 1979.

Cooperação educacional. A cooperação educacional bilateral é regida pelo Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado em 2000, que entrou em vigor desde em 2014. A Nigéria é participante dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG). No período de 2000 a 2017, 172 estudantes nigerianos participaram do PEC-G e cinco estudantes nigerianos participaram do PEC-PG.

Cooperação energética. A Nigéria é um dos principais fornecedores de petróleo do Brasil, responsável por considerável parcela do petróleo cru importado pelo País, principalmente na modalidade "light sweet" (baixa densidade e baixo nível de enxofre), que é o que melhor se adapta às refinarias brasileiras. O sistema elétrico nigeriano, por sua vez, ainda é incipiente e tem grande potencial de expansão em todas suas vertentes (geração, transmissão e distribuição). A Eletrobrás tem grande experiência como operadora do sistema brasileiro, o que gera interesse das autoridades da Nigéria em cooperação técnica e em investimentos em seu setor elétrico. A possível privatização da empresa, entretanto, poderia prejudicar as perspectivas nesse sentido.

A Universidade de São Paulo (USP) assinou Memorando de Entendimento com o *Petroleum Technology Development Fund*, agência ligada ao Ministério do Petróleo da Nigéria, responsável pela promoção do treinamento técnico de engenheiros e especialistas nigerianos das áreas de petróleo, gás e minerais sólidos, com o oferecimento de bolsas de estudo no exterior. O programa estabelecido pelo referido Memorando iniciou-se em setembro de 2016 com o envio de 20 estudantes (dez para doutorado e dez para mestrado), em Santos/SP, no campus da USP.

Cooperação em serviços aéreos. As relações aerocomerciais são regidas por Acordo sobre Serviços Aéreos (ASA) assinado em 2005 e por Memorando de Entendimento (MdE) entre as autoridades de aviação civil dos dois países. O MdE foi atualizado em dezembro de 2016, com dispositivos que passam a estabelecer 14 frequências semanais para serviços mistos e 14 para transporte de carga e liberdade tarifária. Na mesma ocasião, buscou-se atualizar o ASA de 2005. Houve avanços, mas

resta pendente, contudo, discussão sobre os artigos 4, 6, 11, 12 e 20 do referido texto. Atualmente, não há empresa aérea brasileira nem nigeriana que opere rota direta entre os dois países.

Segundo Péríodo africano do MRE. Em seu segundo péríodo pelo continente africano, realizado em outubro de 2017, o chanceler brasileiro não deixou passar a oportunidade de retomar as visitas de alto nível entre os dois países, que não ocorriam desde 2013. Aproveitou a ocasião para examinar o atual estado das relações bilaterais, que adquiriram caráter estratégico após a I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico (MDE), em Brasília, em novembro de 2013, copresidida, pelo lado brasileiro, pelo então vice-presidente Michel Temer. A visita também constituiu ensejo para a troca de impressões acerca de temas relevantes da agenda regional e multilateral, como o avanço do jihadismo no Sahel e na bacia do lago Chade.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Em agosto de 2017, em parceria com a Apex-Brasil, o Itamaraty realizou o Fórum Empresarial Brasil-Nigéria em Lagos. O programa de atividades incluiu seminários, rodadas de negócios, além de visitas técnicas a câmaras de comércio e empresas locais. De acordo com a estimativa da Apex-Brasil, foram gerados US\$ 1,5 milhão em negócios imediatos, com expectativa de US\$ 41,2 milhões nos próximos doze meses. Com base nos contatos realizados pelos empresários brasileiros, identificou-se demanda significativa nos setores agrícola e de máquinas e equipamentos.

i) Comércio

O comércio bilateral entre Brasil e Nigéria tem revelado tendência de redução acentuada no volume de transações desde 2014, quando atingiu o recorde de US\$ 10,4 bilhões. Apesar disso, o Brasil ainda é o principal parceiro da Nigéria no comércio exterior com os países da América do Sul e o 9º em termos globais. Em 2016, no entanto, o comércio bilateral, nos dois sentidos, atingiu somente US\$ 2 bilhões, em função da drástica queda nas importações de petróleo nigeriano pelo Brasil: de US\$ 4,6 bilhões, em 2015, passou-se a apenas US\$ 1,3 bilhão, em 2016 (queda de 72%).

Em 2016, o déficit comercial brasileiro com a Nigéria (US\$ 573 milhões) deixou de ser o maior entre os parceiros do Brasil no mundo. Em 2013, momento de maior desequilíbrio na balança comercial entre os dois países, o saldo em favor dos nigerianos atingiu US\$ 8,8 bilhões. É

importante destacar que a Nigéria manteve a balança comercial deficitária com seus principais parceiros no ano passado, totalizando, com o mundo, saldo negativo de US\$ 2,3 bilhões, ao contrário do saldo com o Brasil.

Desse modo, as importações brasileiras da Nigéria, de US\$ 9,5 bilhões, em 2014, caíram para US\$ 4,6 bilhões, em 2015, e para US\$ 1,3 bilhão, em 2016, levando o país africano a perder sua posição entre os dez maiores exportadores para o Brasil – ostentava o oitavo lugar até 2015. A redução dos números na importação, em 2016, não se fez acompanhar das exportações, que cresceram 6,5% e atingiram US\$ 731 milhões no período (US\$ 688 milhões, em 2015).

Em 2016, o total da corrente bilateral (US\$ 2,036 bilhões) fez o fluxo comercial nos dois sentidos passar da 15^a posição para 35^a no intercâmbio global do Brasil – o menor nível desde 2003, quando alcançou US\$ 1,991 bilhão. No continente africano, a Nigéria manteve-se como quarto destino das exportações do Brasil à África, após o Egito, a África do Sul e a Argélia, e passou a ser o segundo em importações, depois da Argélia, e o segundo na soma da corrente bilateral total, também após este último país.

Em 2016, os principais produtos brasileiros exportados para a Nigéria foram: açúcar em bruto (63,3% da pauta ou US\$ 463 milhões); açúcar refinado (12,2% ou US\$ 89 milhões); compostos derivados de amoníacos (3,6% ou US\$ 27 milhões); chapas e tiras de alumínio (3,1% ou US\$ 23 milhões); e tabaco não manufaturado (3,1% ou US\$ 23 milhões). No ano passado, o petróleo somou a quase totalidade da pauta das compras brasileiras procedentes da Nigéria, representado por óleo bruto de petróleo (75,8% da pauta ou US\$ 989 milhões); gás de petróleo (21,5% ou US\$ 281 milhões); e óleo refinado de petróleo (1,5% ou US\$ 19 milhões). Materiais para adubo somaram 1,1% do total (US\$ 15 milhões). As importações diminuíram 71,8% em relação a 2015, somando US\$ 1,3 bilhão.

No período de janeiro a junho de 2017, a Nigéria foi o 41º destino das vendas nacionais, e as exportações brasileiras para o país aumentaram 25,8% em relação ao mesmo intervalo de 2016, somando US\$ 438 milhões.

Restrições nigerianas às importações. A Nigéria impõe restrições à importação de alguns itens, consolidadas em duas listas, a *Import Prohibition List* e a *Goods: the importation of which is absolutely prohibited*, ambas publicadas pela *Nigeria Customs Service* (NCS), sendo que muitos dos produtos listados constam da pauta exportadora brasileira, como os produtos cárneos. As discussões a respeito dessas listas remontam,

pelo menos, ao ano de 2005, seja no âmbito da OMC ou em conversas bilaterais. Desde então, o governo nigeriano afirma, invariavelmente, que as listas serão eliminadas "até o final do ano". Mais recentemente, os representantes nigerianos adotaram a justificativa de que as listas serão suspensas "quando for finalizado o processo de adaptação às novas regras da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental)".

Dificuldades do setor privado brasileiro no mercado nigeriano. Representantes do setor privado brasileiro enfrentam dificuldades pontuais em relação ao mercado nigeriano. A Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE) e o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (SINDIPEÇAS) relataram dificuldades na obtenção de vistos, destacando que o visto nigeriano tem validade de somente três meses e permite apenas uma única entrada.

No que diz respeito a barreiras tarifárias, a Associação Brasileira da Indústria de Arroz (ABIARROZ) relatou que, embora a tarifa oficial seja de 10%, verificam-se, na prática, tarifas de 100-130%. Por sua vez, a Associação Brasileira das Indústrias de Café Solúvel (ABICS), em ofício endereçado ao Ministro de Estado, datado de julho de 2017, reivindicou a intervenção do Brasil para a diminuição das tarifas de importação locais aplicadas às compras de café solúvel brasileiro – atualmente entre 10% e 20%.

Oportunidades setoriais. Estudo da Divisão de Inteligência Comercial (DIC) do Itamaraty identificou oportunidades de aumento das exportações brasileiras à Nigéria nos setores: (i) automóveis; (ii) tubos de ferro ou aço; (iii) papeis e cartões; (iv) leite e creme de leite; e (v) preparações alimentícias.

ii) Investimentos brasileiros

Brasil e Nigéria têm dialogado com o intuito de estimular os investimentos empresariais. O governo nigeriano tem demonstrado interesse em que empresas brasileiras se instalem na Nigéria. A esse respeito, cabe destacar a assinatura, em outubro de 2013, de Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e do Investimento.

Petrobras. Presente na Nigéria desde 1999, a estatal participa como não-operadora nos blocos OML-127 (Agbami) e OML-130 (Akpo), operados pela francesa TOTAL. A Petrobras preparava-se para desenvolver, também em consórcio, um novo campo em águas profundas – Egina –, no qual deveria investir US\$ 3 bilhões até o final de 2017, quando

o campo iniciaria a produção. Desde 2013, todas as operações da Petrobras na África são por meio de sua *joint venture* com o grupo BTG Pactual. A Petrobras iniciou em novembro o processo de venda de seus ativos na Nigéria, em consonância com a sistemática para desinvestimentos da Petrobras, que foi revisada e aprovada pela diretoria executiva da companhia e está alinhada às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Empresas de construção civil. Em agosto de 2012, empresas brasileiras de construção civil realizaram missões com vistas a mapear possíveis investimentos na Nigéria. A Andrade Gutierrez (AG) firmou, em 2013, parceria com o maior grupo empresarial nigeriano, Dangote, criando a AG-Dangote. O objetivo da empresa é participar da construção de polo petroquímico que o grupo Dangote pretende instalar, em empreendimento privado – o primeiro no país – que mobilizará US\$ 9 bilhões. A AG-Dangote foi, nos primeiros meses de 2015, pré-classificada em concorrência pública internacional para realizar obras de linhas de transmissão de energia. A Queiroz Galvão, por sua vez, manifestou interesse em investir na Nigéria nas áreas de transporte, energia e habitação.

Ao contrário do que ocorre nos demais países africanos, a Nigéria tem percebido o incremento dos empreendimentos de pequenas e médias empresas brasileiras de construção civil. A Intertechne Engenharia vem estudando, junto a potenciais parceiros locais, o desenvolvimento de projeto para a ampliação da planta hidrelétrica em Kainji. Já a Pilar Construtora planeja construir, nos estados de Akwa-Ibom e Adamawa, cerca de 20 mil casas populares, assim como empreendimentos comerciais, e demonstrou a intenção de construir complexo residencial de grande porte nas proximidades de Abuja.

Indústria de móveis. A empresa Bertolini, de Bento Gonçalves-RS, especializada em móveis de madeira e aço, vem realizando estudos de viabilidade para instalação de unidade de montagem de móveis de aço – para escritórios, cozinhas e outros fins –, cujos componentes mais importantes seriam importados do Brasil. O projeto deverá contar com a parceria da empresa nigeriana *Transcontinental Industrial and Energy Development*.

Indústria calçadista. Em 2017, o governo do estado de Abia assinou acordo de *joint venture* com a empresa brasileira Nibra, para o

estabelecimento de fábrica de calçados naquela região, com o uso de técnica brasileira de acabamento do produto.

Marcopolo. A empresa mantém representação comercial em Abuja, com venda de carrocerias e de autopeças.

iii) Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)

O Brasil encaminhou à Nigéria, em outubro de 2013, proposta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). O cerne do projeto é baseado em três pilares: i) governança institucional, ii) agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos; e iii) mecanismos para mitigação de riscos e prevenção de controvérsias. O ACFI não contém cláusulas-padrão dos Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos (APPIs), tais como arbitragem investidor-Estado e expropriação indireta. Apesar dessa manifestação de intenção de encerrar as negociações do ACFI, em abril de 2014, o governo nigeriano enviou contraproposta de texto, em que elementos-chave do ACFI foram retirados, enquanto foram inseridas cláusulas de APPIs clássicos, inaceitáveis ao Brasil. Em julho de 2015, em reunião no Itamaraty com o embaixador da Nigéria, foi apresentada nova proposta, com versão atualizada do ACFI. Até o momento, não houve resposta nigeriana.

A Nigéria tem buscado diversificar as fontes de investimentos estrangeiros no país, tradicionalmente concentrada em países ocidentais, como os Estados Unidos, o Reino Unido e a França. A Nigéria possui, atualmente, 33 acordos bilaterais de investimento (BITs), em diferentes fases de implementação. Durante os últimos anos, firmou acordos com Marrocos (2016), Singapura (2016), Emirados Árabes Unidos (2016), Cameroun (2014), Canadá (2014), Chade (2012), Côte d'Ivoire (2013), Turquia (2011), Kuwait (2011) e Polônia (2013).

ASSUNTOS CONSULARES

A rede consular brasileira na Nigéria é composta pelo Consulado-Geral em Lagos e pelo Setor Consular da Embaixada em Abuja. A comunidade brasileira local é estimada em cerca de 140 pessoas.

A assistência prestada a cidadãos brasileiros envolve casos de pequenos auxílios a nacionais desvalidos, análise de pedidos de repatriação e ajuda prestada a nacionais detidos por tráfico de drogas. Atualmente, dois cidadãos brasileiros cumprem pena na Nigéria por tráfico. Inexiste

Conselho de Cidadãos brasileiros formalizado na Nigéria, em razão do diminuto número de cidadãos brasileiros na região.

Os casos consulares mais frequentes envolvendo nigerianos no Brasil referem-se a apreensões relacionadas ao tráfico de entorpecentes. Em dezembro de 2014, havia 330 nigerianos em penitenciárias brasileiras, segundo dados do Ministério da Justiça e da Cidadania. Em 2016, foi fechado o Consulado-Geral da Nigéria em São Paulo, aberto em 2014.

Brasil e Nigéria celebraram, em 2005, tratado bilateral de assistência jurídica mútua em matéria penal, promulgado em 2011. Não há acordos bilaterais de extradição e de auxílio jurídico mútuo em matéria civil entre ambos os países. Um projeto de acordo de transferência de pessoas condenadas está em negociação bilateral. Em maio de 2016, o lado brasileiro apresentou contraproposta à minuta. Em julho de 2017, a Embaixada em Abuja foi instruída a reiterar a consulta à Chancelaria nigeriana. Aguarda-se a reação nigeriana. Há, no momento, dois pedidos de cooperação jurídica formulados pelo governo brasileiro pendentes de resposta da parte nigeriana: a transferência dos dois brasileiros presos e sentenciados na Nigéria por tráfico de drogas para cumprir pena no Brasil, mediante reciprocidade de tratamento; e a extradição de cidadão nigeriano.

POLÍTICA INTERNA

Nas eleições presidenciais de março de 2015, o candidato do "*All Progressives Congress*" (APC), general Muhammadu Buhari, derrotou o então presidente Goodluck Jonathan. Tratou-se da primeira vez em que um partido oposicionista venceu as eleições presidenciais e teve sua vitória reconhecida pelo partido derrotado. As próximas eleições presidenciais estão previstas para o ano de 2019.

O principal desafio do governo nigeriano é o combate ao grupo islamista radical Boko Haram, que tem perpetrado ataques terroristas e representa a maior ameaça à segurança do país. Além disso, o governo de Buhari adotou como prioridades a recuperação da economia e o combate à corrupção.

Sobre o combate à corrupção, Buhari ressaltou que suas diretrizes permanecerão inalteradas, guiadas pelo respeito às leis e ao devido processo legal. Em dezembro de 2016, o governo Buhari colocou em execução uma política de denúncia premiada (*whistleblowers policy*) que

tem gerado discussões sobre sua legalidade, mas apresenta resultados substanciais quanto ao volume de denúncias e ao retorno de recursos aos cofres públicos (mais de US\$ 200 milhões). Como parte dessa "cruzada anti-corrupção", Buhari suspendeu altos funcionários do governo, entre os quais o secretário de governo (equivalente ao chefe da Casa Civil no Brasil) e o chefe do serviço de inteligência. De acordo com o National Corruption Survey 2017, entre junho de 2015 e maio de 2016, US\$ 4,6 bilhões teriam sido pagos como propina ou vantagens indevidas a funcionários públicos nigerianos.

A incerteza quanto ao verdadeiro estado de saúde do presidente Buhari representa risco para a continuidade e o sucesso das políticas de recuperação econômica e de combate à corrupção do governo nigeriano. Desde o início de 2017, o presidente ausentou-se do país por duas vezes, a fim de realizar tratamento médico em Londres: da primeira vez, por 51 dias entre janeiro e março; e, da segunda vez, por 104 dias entre maio e agosto.

Boko Haram na Bacia do Lago Chade. O grupo Boko Haram surgiu em 2002 no nordeste da Nigéria, em área de maioria muçulmana caracterizada pela extrema pobreza. Seu objetivo principal é implementar a *Sharia* – a lei islâmica – em todo o território do país. A organização tem intensificado o uso da violência desde o assassinato de seu líder, Mohammed Yussuf, em 2009. Os alvos são tanto instituições e elementos considerados ocidentais quanto muçulmanos mais moderados, que se opõem ao radicalismo do grupo. Em março de 2015, o Boko Haram passou a jurar lealdade ao "Estado Islâmico" (EI) e ampliou seu raio de atuação para os demais países da região da Bacia do Lago do Chade, notadamente o Níger, o Cameroun e o Chade. Mais de 20 mil pessoas teriam sido assassinadas e 2,3 milhões, deslocadas, em razão das atividades do Boko Haram. Além disso, 8,5 milhões de pessoas dependem de ajuda humanitária para sobreviver, o que tem gerado diversos alertas para a possibilidade de que uma situação de "fome" (*famine*) seja decretada.

A criação da Força Tarefa Multinacional Conjunta (MNJTF da sigla em inglês) pelos governos da Nigéria, do Benim, do Cameroun, do Chade e do Níger, em Iaundê, em fevereiro de 2015, representou inflexão na posição da Nigéria, que antes considerava o Boko Haram problema interno do país. A MNJTF é formada por cerca de 10 mil militares e policiais dos países envolvidos, com vistas a combater o grupo jihadista.

Em dezembro de 2015, o presidente Buhari anunciou que o grupo jihadista havia sido "tecnicamente derrotado", referindo-se à perda, pelo Boko Haram, dos territórios controlados nas três províncias do nordeste do país (Borno, Yobe e Adamawa). Com efeito, o grupo tem perdido terreno em combates convencionais contra as forças da MNJTF. Analistas, contudo, destacam a mudança de tática do grupo extremista, agora focada em promover atos terroristas suicidas, muitas vezes perpetrados por mulheres e por crianças, os quais têm como alvos os centros urbanos dos países da Bacia do Lago Chade, sobretudo o Extremo Norte do Cameroun, utilizando *modus operandi* cada vez mais semelhante ao do "Estado Islâmico".

Em abril de 2017, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) adotou, por unanimidade, a Resolução 2349 (2017) sobre a Bacia do Lago Chade, a primeira do CSNU sobre a presença do Boko Haram na região. A resolução condena os ataques terroristas, violações do direito humanitário internacional e abusos de direitos humanos perpetrados pelo Boko Haram e pelo EI. Com relação às causas profundas do conflito e ao desenvolvimento, conclama os governos da região a implementarem medidas para solucionar desigualdades sociais, políticas, econômicas e de gênero, assim como desafios ambientais, e a desenvolver estratégias para combater as narrativas do extremismo violento.

Direitos humanos. A situação dos direitos humanos na Nigéria é delicada. A Anistia Internacional (AI) acusou o país de severas violações em relatório sobre a situação dos direitos humanos no país publicado em março de 2017. ONGs locais e o governo nigeriano criticaram o relatório.

Em abril de 2017, a AI publicou outro relatório em que aponta a Nigéria em segundo lugar, após a China, em número de sentenças de pena de morte em 2016 (527 decisões). A AI classifica como "massivo e preocupante" o elevado número de decisões dessa natureza no país. Diante de tais índices, a ONG exorta o governo nigeriano a estabelecer moratória oficial das execuções. Com o acréscimo no número de sentenças, eleva-se para cerca de 1.500 nacionais detidos à espera de execução, a maioria ainda pendente de recurso em tribunais superiores. Não há registro de estrangeiros entre os presos. Na Nigéria, são crimes puníveis com sentença capital, entre outros, latrocínios, sequestros, falso testemunho que leve à morte de suspeito, terrorismo, estupros, adultérios e apostasia.

Com a aprovação do "*Same Sex Marriage Prohibition Act (SSMPA)*", em 2014, a Nigéria passou a adotar medidas de criminalização da comunidade LGBT e, consequentemente, da união consensual entre pessoas do mesmo sexo. Esse diploma legal foi aprovado no Senado nigeriano por unanimidade, além de ter contado com apoio de entidades religiosas e de lideranças tradicionais. Além da *Sharia*, aplicada em 12 estados da federação, que condena a população LGBT a aprisionamento, apedrejamento e chibatadas, o próprio Código Penal nigeriano criminaliza a homossexualidade. Desde a aprovação do SSMPA, a violência generalizada contra pessoas LGBT aumentou de maneira preocupante.

Ademais, no que diz respeito à desigualdade de gênero, a situação enfrentada por mulheres na Nigéria é bastante negativa, tendo em vista que seus direitos humanos são constantemente violados. Até mesmo autoridades oficiais nigerianas são acusadas de ter estuprado massivamente, ao longo dos últimos anos, mulheres em campos de pessoas internamente deslocadas em decorrência dos conflitos com o Boko Haram. Além disso, mulheres LGBT também são alvo comum de violência na Nigéria: mulheres transexuais reportam serem vítimas recorrentes de espancamentos, ao passo que mulheres lésbicas e bissexuais têm sido constantemente submetidas a estupros corretivos por pessoas que desaprovam sua sexualidade e acreditam que o sexo forçado é uma maneira de "corrigir" seu comportamento "desviante", mito amplamente difundido no país.

POLÍTICA EXTERNA

Os governos da IV República, iniciada com as eleições democráticas de 1999, têm-se caracterizado pelos esforços para modificar a imagem negativa que se construiu do país ao longo do governo do general Sani Abacha. Entre 1993 e 1998, quando Abacha esteve no poder, a Nigéria foi paulatinamente marginalizada do cenário internacional, sobretudo por problemas relacionados ao desrespeito aos direitos humanos. Ao assumir a presidência, em 1999, Olusegun Obasanjo (1999-2007) investiu na diplomacia presidencial e realizou grande número de visitas a parceiros tradicionais e emergentes. Seus esforços de restabelecer a credibilidade e as parcerias internacionais da Nigéria foram continuados pelos presidentes Umaru Yar'Adua (2007-2010), Goodluck Jonathan (2010-2015) e

Muhammadu Buhari (2015-Presente). Desde o governo Obasanjo, a Nigéria tem se afirmado cada vez mais como membro ativo da comunidade internacional. O país tem exercido importante papel nas crises que surgiram nos países vizinhos, como, por exemplo, a crise na Côte d'Ivoire (Costa do Marfim) de 2010-2011 e a crise malinesa que eclodiu em 2012. Uma das metas da Nigéria é se tornar membro permanente do Conselho de Segurança e o país ocupou assento não permanente nos biênios 2010-11 e 2014-15.

Logo após assumir o cargo de presidente, em maio de 2015, Buhari cumpriu intensa agenda diplomática, com dezenas de viagens ao exterior, a países como Níger, Chade, Alemanha, África do Sul, EUA, Reino Unido, Camarões, Gana, França, Etiópia, Egito, Arábia Saudita, Catar, Índia e Guiné Equatorial. Recebeu, igualmente, diversos chefes de Estado e de Governo, como Alemanha, África do Sul e Itália. A deterioração da saúde do presidente, contudo, impôs freio a esse ímpeto, com a delegação de funções ao presidente em exercício, Yemi Osinbajo.

Africa. No contexto africano, a visão nigeriana é de que seu grande território (de quase um milhão de quilômetros quadrados), sua densidade populacional (país mais populoso do continente, com 180 milhões de habitantes), bem como sua relevância política e econômica (maior economia do continente), asseguram-lhe liderança natural nos assuntos da África Ocidental, uma influência decisiva nas relações interafricanas e preeminência no diálogo da África com o resto do mundo.

A Nigéria é o país mais importante, em termos políticos, demográficos e econômicos, da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A participação nigeriana foi fundamental para o surgimento, em 1975, do organismo, cuja sede fica em Abuja. Recentemente, o governo Buhari desempenhou papel de protagonista na mediação da crise pós-eleitoral na Gâmbia. Em janeiro de 2017, Buhari integrou missão da CEDEAO a Banjul, enviada com o propósito de persuadir o presidente gambiano Yahya Jammeh a reconhecer sua derrota diante de Adama Barrow nas eleições e a realizar a transição pacífica do poder. Além disso, militares nigerianos fizeram parte da ECOMIG (*ECOWAS Military Intervention in Gambia*), força militar desdobrada pela CEDEAO para operar na Gâmbia, com o intuito de evitar quaisquer hostilidades ou desrespeito às leis constitucionais gâmbianas. Militares

nigerianos também participam da ECOMIB (*ECOWAS Mission for Guinea-Bissau*).

Além disso, a Nigéria é uma das lideranças dentro da União Africana (UA), contribuindo com 13% do orçamento africano da instituição e mantendo, desde 2001, representante entre os comissários da organização, tradição que foi quebrada em 2017, com a não eleição de Fatima Kyari Mohammed para o cargo de comissária de Paz e Segurança. Ademais, a Nigéria tem atuado como membro do Conselho de Paz e Segurança da União Africana ininterruptamente desde sua criação, em 2004. Entretanto, tem adotado posição independente em relação à recomendação da UA para que os países africanos se retirem do Tribunal Penal Internacional (TPI), em protesto contra a suposta seletividade da corte em enfatizar processos judiciais contra lideranças africanas. De acordo com o chanceler nigeriano, Geoffrey Onyeama, o governo da Nigéria trabalharia para "reformar o TPI por dentro".

O país mantém histórica competição com a África do Sul, com quem disputa a posição de liderança política e econômica na África Subsaariana. Intercalam-se períodos de cooperação e de tensão entre os dois países. A África do Sul mantém cerca de 120 empresas na Nigéria, entre as quais se destacam grandes empreendimentos que geram milhares de empregos, como supermercados, MTN (empresa que atua na área de telecomunicações), South African Airways, Stanbic Merchant Bank, Multichoice e hotéis. Em fevereiro passado, o relacionamento bilateral sofreu deterioração na sequência de onda de xenofobia contra nigerianos ocorrida na África do Sul, com a morte de mais cem nigerianos, gerando forte reação de autoridades governamentais da Nigéria. Foram verificados protestos populares e ataques a empresas sul-africanas operantes no país.

Parcerias extrarregionais. A Nigéria tem buscado fortalecer seus laços com países emergentes, como China, Brasil, Turquia e Indonésia, sem descuidar das parcerias tradicionais com os Estados Unidos, União Europeia e Rússia.

Principal fonte de investimentos e país receptor de peso no contexto da diáspora nigeriana, os EUA são hoje um dos mais importantes parceiros econômicos da Nigéria. Além dos laços comerciais, os dois países têm cooperado em matéria de segurança e combate ao terrorismo. A União Europeia também mantém com a Nigéria diálogo de alto nível, no âmbito do qual são executados projetos de cooperação nos domínios da energia

renovável, apoio à juventude e estado de direito, bem como ajuda humanitária para comunidades afetadas pelas ações do Boko Haram. Com a Rússia, o governo nigeriano tem negociado o fornecimento de armamentos e helicópteros para ajudar no combate ao grupo terrorista.

A parceria econômica com a China ganhou bastante vigor na última década. O comércio entre os países reproduz o padrão das trocas nigerianas com o mundo desenvolvido: exportações de produtos primários de baixo valor agregado e importações de bens manufaturados de alto valor agregado. As importações da China provenientes da Nigéria, compostas quase que exclusivamente de petróleo, caíram 53% em 2015, devido à queda do preço do hidrocarboneto. Além do óleo, as importações chinesas da Nigéria incluem óleos minerais, borracha e seus produtos, cacau e seus produtos e couro. Nos últimos anos, os principais produtos exportados pela China para a Nigéria foram motores, equipamentos elétricos, equipamentos de áudio e acessórios, caldeiras, máquinas e peças e veículos. Em visita à Nigéria, em janeiro de 2017, o chanceler chinês, Wang Yi, anunciou investimentos chineses de US\$ 40 bilhões na Nigéria. Após a visita, o governo nigeriano anunciou o rompimento de relações oficiais com Taiwan.

As relações entre a Nigéria e Turquia são profícias e se inserem em arcabouço maior de aproximação entre duas administrações de tendência islamista (Buhari e Erdogan). Ambos os países são membros da Organização para Cooperação Islâmica (OIC) e mantêm estreito contato em diversas outras organizações internacionais. Além disso, houve incremento das relações econômicas bilaterais. Nos últimos anos, visitas recíprocas de alto nível possibilitaram a consolidação da cooperação bilateral em diversas áreas, como manufaturas, construção civil e energia. O presidente Recep Tayyip Erdogan realizou visita oficial à Nigéria em março de 2016, acompanhado de altas autoridades ministeriais e delegação empresarial.

As relações entre a Nigéria e a Indonésia também são dignas de nota. A chanceler indonésia Retno Marsudi realizou visita ao país, em junho de 2017, inaugurando fórum empresarial, com 170 empresas participantes, além de órgãos estatais. Durante o evento foi assinado contrato, no valor de US\$ 3,4 milhões, entre subsidiária da companhia aérea estatal indonésia Garuda e a empresa nigeriana Max Air, para manutenção e conserto de aeronaves. A Nigéria é o principal parceiro da Indonésia na África subsaariana. Em 2016, o fluxo de comércio bilateral, que sofreu forte

redução nos últimos anos, foi de US\$ 1,59 bilhão, com superávit nigeriano de US\$ 977 milhões. A Nigéria constitui, ainda, o principal destino de investimentos indonésios no continente africano, com 14 empresas no mercado nigeriano.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Nigéria é a 26º maior economia do mundo e a maior da África, sendo grande exportador de petróleo e de gás natural. Desse modo, o peso demográfico da Nigéria – país mais populoso do continente africano – é acompanhado de seu peso econômico. A economia nigeriana registrou crescimento de cerca de 7% ao ano na última década, graças aos altos preços mundiais de suas *commodities*. No entanto, desde o terceiro trimestre de 2014, tem havido grandes desafios para a economia nigeriana, cujo crescimento desacelerou para 2,7% em 2015 e entrou em recessão em 2016, com uma taxa de -1,5%. Os fatores que levaram a este quadro recessivo foram: queda drástica do preço do petróleo no mercado internacional; desvalorização da Naira (moeda nigeriana) frente ao dólar; redução do consumo interno; recrudescimento do vandalismo na região do Delta do Níger contra oleodutos; e diversos problemas no setor de energia. Enquanto isso, a inflação atingiu 18,5% em 2016. Cerca de 27,1 milhões de indivíduos encontram-se desempregados ou em empregos informais, em uma população economicamente ativa de pouco mais de 100 milhões e muito jovem. Aliás, entre os mais jovens, o desemprego pode chegar a 60%.

A recessão econômica tem levado a administração Buhari a exercer papel mais ativo nos rumos da economia. FMI projeta que a Nigéria deverá sair da recessão em 2017, com previsão de crescimento estimado em até 0,8%. Segundo o FMI, os índices econômicos poderão ser alavancados por eventual recuperação na produção de hidrocarbonetos, investimentos públicos nas áreas de agricultura, manufaturas, energia e mineração, endossados pelo "Plano de Recuperação e Crescimento Econômico" (ERGP), lançado em março deste ano. Trata-se de plano de médio-prazo (2017-2020), que priorizará, além do aumento da produção de hidrocarbonetos (pela reativação de refinarias e pelo relançamento de projetos no sul), investimentos na área da agricultura, por meio da mecanização agrícola e de incentivos ao micro e médio produtor rural. O

plano objetiva, ainda, alavancar o setor privado, por meio do aprimoramento do ambiente de negócios – a Nigéria ocupa hoje a posição 169, de 190 nações, no ranking do *World Bank Ease of Doing Business Index*. Crescimento de 0,55% do PIB registrado no segundo trimestre de 2017 parece confirmar a previsão do FMI.

De modo geral, a crise econômica na Nigéria reduziu significativamente as exportações mais do que as importações, devido à queda dos preços internacionais do petróleo. Nesse ciclo, a importância do comércio de bens e serviços diminuiu para 21,1% do PIB em 2015, contra 52,8% em 2011. Os Estados Unidos foram substituídos pela União Europeia (UE) como o maior mercado para as exportações da Nigéria; a UE continua a ser, também, a principal fonte das importações nigerianas. Em contexto em que a pauta de exportações é dominada pelos hidrocarbonetos, e as importações abrangem desde produtos agrícolas a bens de alto valor agregado, a Nigéria tem imposto restrições à importação de alguns itens de sua pauta, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento da agricultura e da indústria nacionais.

O setor petrolífero é o principal da economia, contribuindo com cerca de 10% do PIB nigeriano, embora empregue apenas 1,2% da população economicamente ativa do país. Apesar da atualmente modesta contribuição para o PIB, o petróleo continua a refletir 90% dos ganhos de exportação e 70% da receita do Governo. A Nigéria tem a décima maior reserva de petróleo do mundo (37,2 bilhões de barris) e a segunda maior do continente africano (atrás da Líbia).

A riqueza proveniente da exploração do petróleo, entretanto, não tem sido revertida em benefícios sociais. Cerca de 70% da população sobrevive com menos de US\$ 2 ao dia. Acrescente-se a isso o fato de que cerca de 30% do petróleo nigeriano é desviado para o mercado clandestino, em decorrência da atuação de grupos criminosos e de insurgências armadas na região do delta do rio Níger. Segundo dados divulgados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em abril de 2017, a Nigéria perdeu para Angola, em março, a posição de maior produtora de hidrocarbonetos da África, devido à recente queda na produção nigeriana de óleo cru, de 1,426 milhão de barris por dia (bpd), registrados em fevereiro, para 1,269 milhão bpd, em março. Estima-se um prejuízo de cerca de 280 milhões de dólares para a economia nigeriana, com o declínio na produção do petróleo. As quatro refinarias estatais nigerianas, apesar da

capacidade instalada de 445 mil barris/dia de refino, encontram-se produzindo quantidades ínfimas, por falta de manutenção regular. A Nigéria importa pouco mais de 80% dos produtos refinados de que necessita.

O gás natural é outra riqueza nigeriana: o país tem a oitava maior reserva do mundo e a maior do continente africano. No entanto, a produção não é expressiva, devido à insuficiente infraestrutura no setor. O gás natural associado ao petróleo é, em sua maior parte, queimado. Nesse cenário, investimentos adicionais em gasodutos regionais e plantas de LNG (gás natural liquefeito) seriam necessários para dinamizar o setor.

A agricultura representa cerca de 20% do PIB, mas emprega 60% da população do país. A produção agrícola na Nigéria baseia-se, principalmente, na agricultura de subsistência. Apesar de o setor ter enfrentado declínio ao longo das últimas quatro décadas, em decorrência da excessiva ênfase no setor petrolífero, desde 2011, o governo nigeriano tem investido em políticas de promoção agrícola focadas no agronegócio. Com essas mudanças, a produção nacional de alimentos cresceu 21 milhões de toneladas entre 2011 e 2014 e levou a uma forte redução nas importações de alimentos. O governo Buhari considera prioritária a modernização da agricultura nigeriana, com o objetivo de diversificar a economia, de garantir a segurança alimentar do país e de mitigar problemas sociais como o desemprego, que afeta quase 20% da população economicamente ativa, e o êxodo rural em direção aos já congestionados centros urbanos nigerianos.

O setor minerador também é promissor. De acordo com autoridades governamentais, há a expectativa de se produzir 20 milhões de toneladas de ferro em cinco anos. Empresas estrangeiras, como a australiana Energio Limited, já demonstraram interesse em operar no país. A companhia australiana explorará mina de ferro localizada em Agbaja (estado de Kogi), que tem reservas estimadas em 448 milhões de toneladas.

O setor de serviços, que representa cerca de 60% do PIB nigeriano, vem crescendo continuamente nos últimos anos, com destaque para o segmento de telecomunicações. O entretenimento destaca-se como setor-chave da economia nigeriana, que compreende a terceira maior indústria cinematográfica do mundo em termos de produção (Nollywood). Contudo, uma elevada taxa de pirataria impede a geração de receita satisfatória no setor.

O sistema elétrico nigeriano ainda é bastante incipiente e tem grande potencial de expansão em todas suas vertentes (geração, transmissão e distribuição). Como consequência, o setor informal de geração de energia (geradores individuais de residências e negócios) é superior ao setor formal. Grande parte da população da Nigéria faz uso da biomassa tradicional (lenha) para suas necessidades energéticas. Estima-se que 45% da população não tem acesso à energia elétrica. A Nigéria enfrenta interrupções do fornecimento de eletricidade, agravada pelo declínio no suprimento de gás às instalações de geração de energia. Menos da metade da energia produzida chega efetivamente à população. O governo nigeriano pretende, por meio de parcerias público-privadas (PPPs), construir novas hidrelétricas e termelétricas, bem como implantar usinas para a produção de biocombustíveis e cogeração. De acordo com a Comissão de Energia da Nigéria, pouco mais de 10% do potencial hidrelétrico do país, estimado em 15GW, estaria sendo explorado.

Os principais desafios ao desenvolvimento da Nigéria são: (i) a excessiva dependência do setor de hidrocarbonetos e a consequente pouca diversificação da economia nacional; (ii) gargalos de infraestrutura, sobretudo nos setores de geração de energia elétrica e de transportes; (iii) a insegurança decorrente das atividades do Boko Haram, no norte do país, e de grupos armados na região do delta do rio Níger, no sul; (iv) a dificuldade para conduzir negócios no país, expressa por ausência de marcos regulatórios e por nível insuficiente de segurança jurídica; e (v) a baixa qualificação da mão-de-obra local.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc. XV	Portugueses chegam à costa do país.
Séc. XVII	Europeus estabelecem portos costeiros para o aumento do tráfico de escravos.
Séc. XIX	Usman dan Fodio estabelece império islâmico centrado em Sokoto.
1901	Reino Unido estabelece protetorado no território.
1914	Nigéria torna-se colônia britânica.
1960	Independência nigeriana.
1966	Militares assumem o poder.
1967	Rebeldes proclamam independência da República de Biafra, no leste do país, mas, após sangrenta guerra civil, movimento sai derrotado.
1975	Após golpe pacífico, Murtala Ramat Mohammed sobe ao poder, mas é morto em seguida. Em seu lugar assume Olusegun Obasanjo.
1977	Nova Constituição é promulgada.
1979	Shehu Shagari vence eleições presidenciais.
1983	Nigéria retorna ao governo militar.
1993	Sani Abacha sobe ao poder após cancelamento de eleições.
1999	Obasanjo é eleito presidente.
2003	Reeleição de Obasanjo.
2002	Surgimento do grupo terrorista Boko Haram
2007	Umaru Musa Yar'Adua é eleito presidente, na primeira transferência de poder entre presidentes eleitos da história do país.
2010 (janeiro)	Umaru Musa Yar'Adua falece, e o vice-presidente Goodluck Jonathan assume a Presidência da República.
2011 (abril)	Goodluck Jonathan é eleito.
2011 (agosto)	Atentado do grupo terrorista Boko Haram atinge prédio da ONU em Abuja.
2012 (janeiro)	Governo anuncia fim dos subsídios aos combustíveis. Protestos e greves se espalham pelo país.
2012 (setembro)	Governo anunciou a morte de um dos líderes do Boko Haram e a prisão de 150 supostos membros do grupo terrorista.
2014	Revisão da metodologia de cálculo do FMI torna a economia da Nigéria a maior do continente africano, superando a da África do Sul.
2015 (março)	O general Muhammadu Buhari é eleito presidente da República, derrotando Goodluck Jonathan.
2015 (março)	O Boko Haram jura aliança ao Estado Islâmico, tornando-se um braço do grupo na África Ocidental
2016 (dezembro)	Tropas da Força-Tarefa Multinacional Conjunta (MNJTF) retomam a floresta de Sambisa, considerada a última base do Boko Haram em território nigeriano.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

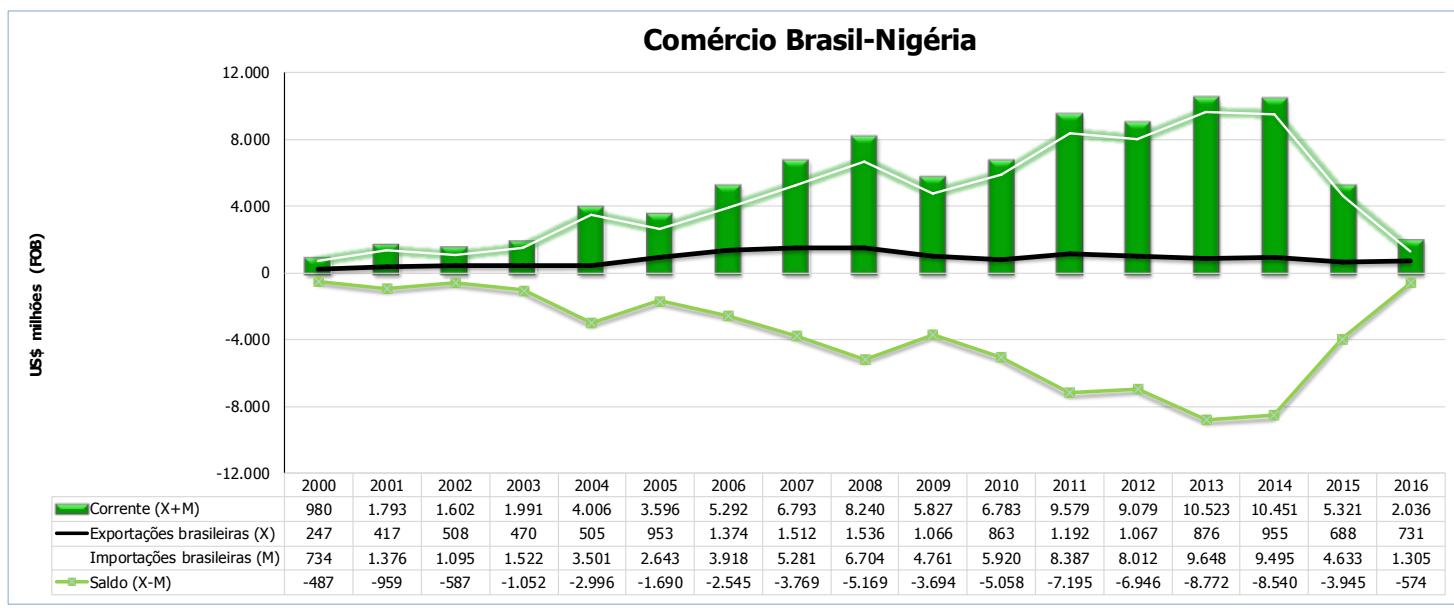
1960	Brasil reconhece a independência da Nigéria e envia delegação aos festejos comemorativos.
1961	Estabelecimento de relações diplomáticas. Criação da Embaixada do Brasil em Lagos.
1966	Nigéria estabelece Embaixada residente em Brasília.
1967	Guerra de Biafra. Brasil não reconheceu o movimento secessionista.
1972	Chanceler Gibson Barboza visita a Nigéria, com a assinatura de Acordos de Cooperação Cultural e Comercial.
1974	Chanceler Okoi Arikpo visita o Brasil.
1977	Chanceler Joseph Garba visita o Brasil.
1979	Vice-presidente Shehu Yar'Adua visita o Brasil e assina diversos acordos.
1979	Justin Tseayo, ministro da Energia nigeriano, visita o Brasil.
1981	Chanceler Saraiva Guerreiro visita a Nigéria. Primeira reunião da Comissão Mista.
1983	Presidente João Batista Figueiredo visita a Nigéria.
1986	Chanceler Abreu Sodré visita a Nigéria.
1988	Chanceler Ike Nwachukwu visita o Brasil.
1989	Terceira reunião da Comissão Mista.
1998	Início do processo de redemocratização da Nigéria. Relações voltam a tomar impulso.
1999	Olusegun Obasanjo visita o Brasil como presidente eleito.
2000	Atiku Abubakar, vice-presidente da Nigéria, visita o Brasil. Quarta reunião da Comissão Mista.
2005	Embaixada do Brasil é transferida para Abuja.
2005	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Nigéria.
2005	Chanceler Celso Amorim visita a Nigéria.
2005	Presidente Olusegun Obasanjo visita o Brasil.
2005	Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, visita a Nigéria.
2005	Quinta reunião da Comissão Mista.
2006	Danjuma Idris Waziri, ministro do Comércio nigeriano, visita o Brasil.
2006	Chanceler Oluyemi Adeniji visita o Brasil.
2006	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa da I Cúpula ASA em Abuja.
2007 (junho)	Encontro dos presidentes Lula e Yar'Adua, em Berlim.
2008 (abril)	Ministro do Comércio da Nigéria, Garba Bichi, visita o Brasil.
2008 (junho)	Sexta reunião da Comissão Mista, em Brasília.
2009 (julho)	Presidente Umaru Musa Yar'Adua visita o Brasil.
2010 (junho)	Reunião de Consultas Políticas.
2012 (março)	Ministro do Comércio da Nigéria, Olusegun Aganga, visita o Brasil.
2012 (junho)	Presidente Goodluck Jonathan vem ao Brasil para participar da Conferência Rio+20 e encontra-se com a presidente Dilma Rousseff.
2013 (fev.)	Presidente Dilma Rousseff vai à Nigéria. Assinatura de Memorando de Entendimento para a criação de Mecanismo de Diálogo Estratégico Bilateral.
2013 (julho)	Visita do chanceler Olugbenga Ashiru ao Brasil.
2013 (nov.)	I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Nigéria.
2017 (abril)	Visita do ministro da Agricultura da Nigéria ao Brasil.
2017	Visita do chanceler brasileiro, Aloisio Nunes, à Abuja no contexto de seu segundo

(outubro) | périplo africano

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto n.º	Data
Acordo, por Troca de Notas, sobre Rádio e Televisão.	10/01/1979	10/1/1979	-	-
Acordo sobre Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além.	10/01/1979	18/10/1991	336	12/11/1991
Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica.	10/01/1979	02/08/1983	88928	01/11/1983
Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Coordenação.	10/01/1979	10/01/1979	-	-
Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio.	10/01/1979	10/01/1979	-	-
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	08/11/2000	14/02/2013	8.334	220
Acordo sobre Serviços Aéreos	06/09/2005	-	-	Em ratificação pela Nigéria
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	06/09/2005	10/11/2008	-	-
Acordo de Cooperação sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro	06/09/2005	-	-	Em ratificação pela Nigéria
Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	06/09/2005	29/07/2009	7.582	13/10/2011
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa	22/07/2010	-	-	Sobrestado para adequar-se à Lei de Acesso à Informação (LAI)

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

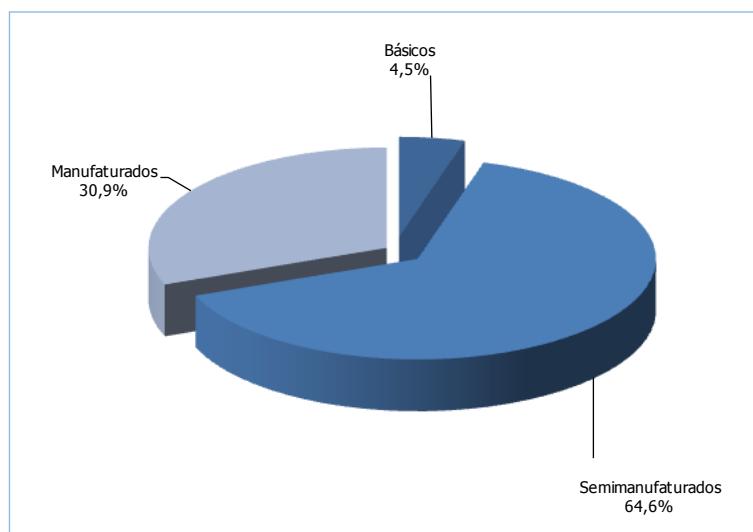


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Setembro de 2017.

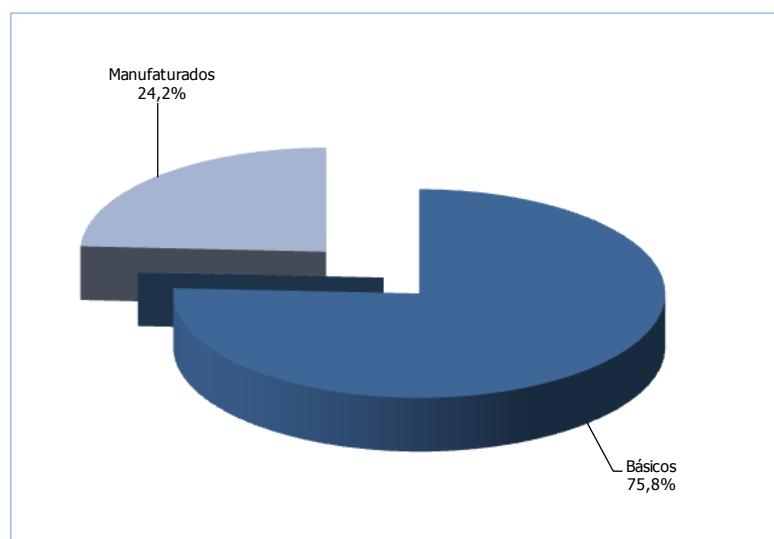
2017 / 2016	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-ago)	504	1.089	1.593	-585
2017 (jan-ago)	532	555	1.087	-23

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2016**

Exportações



Importações



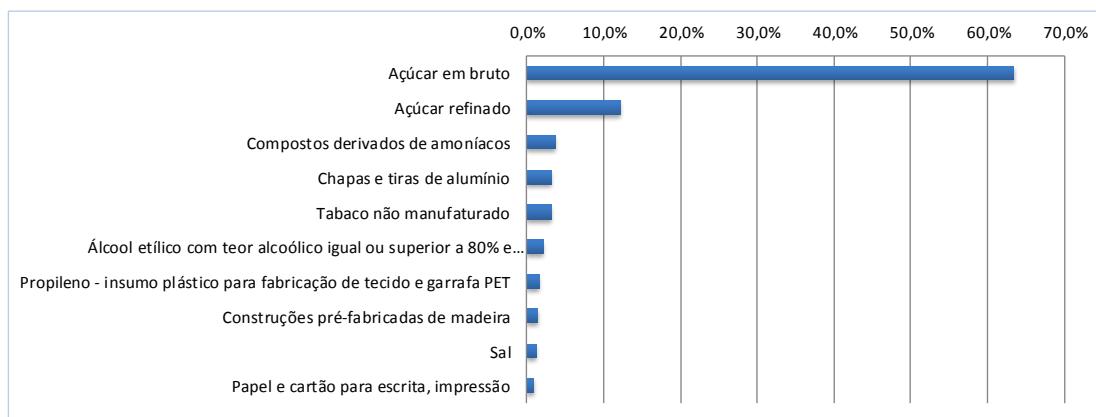
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Setembro de 2017.

Composição das exportações brasileiras para a Nigéria (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar em bruto	470	49,2%	305	44,2%	463	63,3%
Açúcar refinado	135	14,1%	101	14,7%	89	12,2%
Compostos derivados de amoníacos	44	4,6%	31	4,5%	27	3,6%
Chapas e tiras de alumínio	37	3,9%	36	5,2%	23	3,1%
Tabaco não manufaturado	23	2,4%	26	3,7%	23	3,1%
Álcool etílico com teor alcoólico igual ou superior a 80% e aguardentes	27	2,8%	20	2,9%	15	2,1%
Propileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	13	1,4%	11	1,7%	11	1,5%
Construções pré-fabricadas de madeira	0	0,0%	0	0,0%	10	1,4%
Sal	9	0,9%	9	1,3%	8	1,2%
Papel e cartão para escrita, impressão	7	0,7%	10	1,5%	6	0,8%
Subtotal	766	80,2%	548	79,6%	676	92,4%
Outros	190	19,8%	140	20,4%	56	7,6%
Total	955	100,0%	688	100,0%	731	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

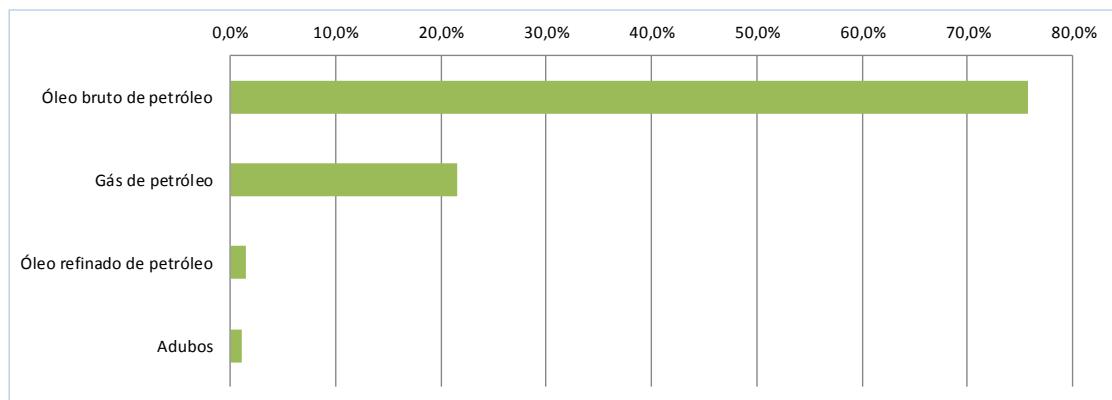


Composição das importações brasileiras originárias da Nigéria (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleo bruto de petróleo	8.584	90,4%	3.830	82,7%	989	75,8%
Gás de petróleo	903	9,5%	793	17,1%	281	21,5%
Óleo refinado de petróleo	0	0,0%	3	0,1%	19	1,5%
Adubos	4	0,0%	6	0,1%	15	1,1%
Subtotal	9.491	100,0%	4.632	100,0%	1.304	99,9%
Outros	4	0,0%	1	0,0%	2	0,1%
Total	9.495	100,0%	4.633	100,0%	1.305	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ milhões

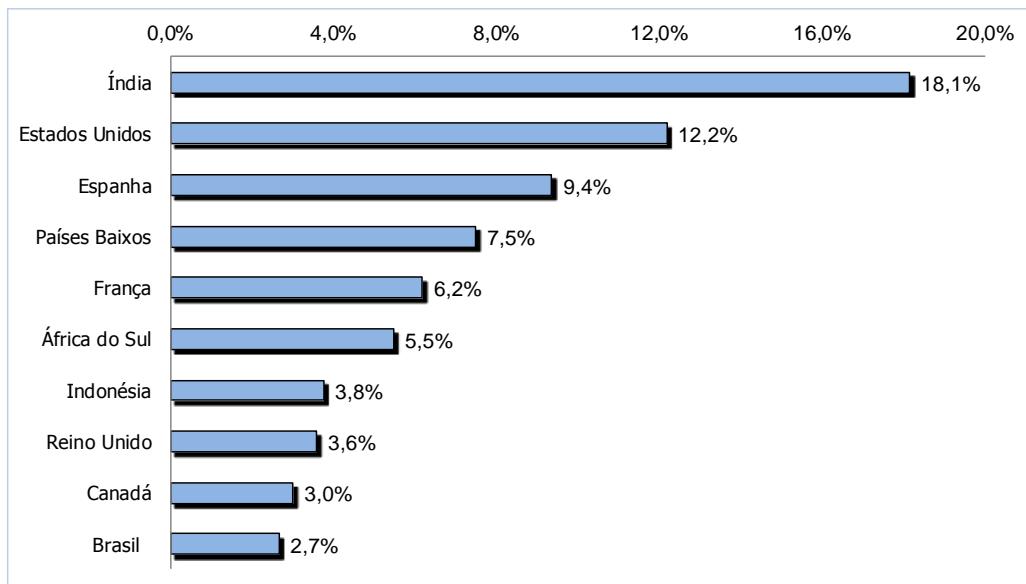
Grupos de produtos	2016 (jan-ago)	Part. % no total	2017 (jan-ago)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados em 2017
Exportações brasileiras					
Açúcar refinado	386	76,6%	414	77,8%	Açúcar refinado 77,8%
Chapas e tiras de alumínio	15	2,9%	22	4,1%	Chapas e tiras de alumínio 4,1%
Compostos derivados de amoníacos	18	3,6%	17	3,2%	Compostos derivados de amoníacos 3,2%
Tabaco não manufaturado	15	3,0%	14	2,6%	Tabaco não manufaturado 2,6%
Polipropileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	7	1,5%	8	1,5%	Polipropileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET 1,5%
Papel e cartão para escrita, impressão	5	1,0%	7	1,3%	Papel e cartão para escrita, impressão 1,3%
Preparações para alimentação animal	0	0,0%	6	1,1%	Preparações para alimentação animal 1,1%
Construções pré-fabricadas	0	0,0%	6	1,0%	Construções pré-fabricadas 1,0%
Sal	7	1,3%	5	1,0%	Sal 1,0%
Torneiras e válvulas para canalizações	0	0,0%	3	0,6%	Torneiras e válvulas para canalizações 0,6%
Subtotal	454	90,0%	502	94,4%	
Outros	50	10,0%	30	5,6%	
Total	504	100,0%	532	100,0%	
Importações brasileiras					
Grupos de produtos	2016 (jan-ago)	Part. % no total	2017 (jan-ago)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados em 2017
Óleos brutos de petróleo	826	75,9%	283	50,9%	Óleos brutos de petróleo 50,9%
Gás de petróleo	234	21,5%	188	33,9%	Gás de petróleo 33,9%
Adubos	8	0,7%	56	10,0%	Adubos 10,0%
Óleos de petróleo refinado	19	1,8%	26	4,7%	Óleos de petróleo refinado 4,7%
Plantas, sementes e frutos para perfumaria, medicina	0	0,0%	1	0,2%	Plantas, sementes e frutos para perfumaria, medicina 0,2%
Subtotal	1.088	99,9%	554	99,8%	
Outros produtos	1	0,1%	1	0,2%	
Total	1.089	100,0%	555	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alinweb.

Principais destinos das exportações da Nigéria
US\$ bilhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Índia	5,97	18,1%
Estados Unidos	4,01	12,2%
Espanha	3,08	9,4%
Países Baixos	2,46	7,5%
França	2,03	6,2%
África do Sul	1,80	5,5%
Indonésia	1,24	3,8%
Reino Unido	1,18	3,6%
Canadá	0,99	3,0%
Brasil	0,88	2,7%
Subtotal	23,63	71,9%
Outros países	9,25	28,1%
Total	32,88	100,0%

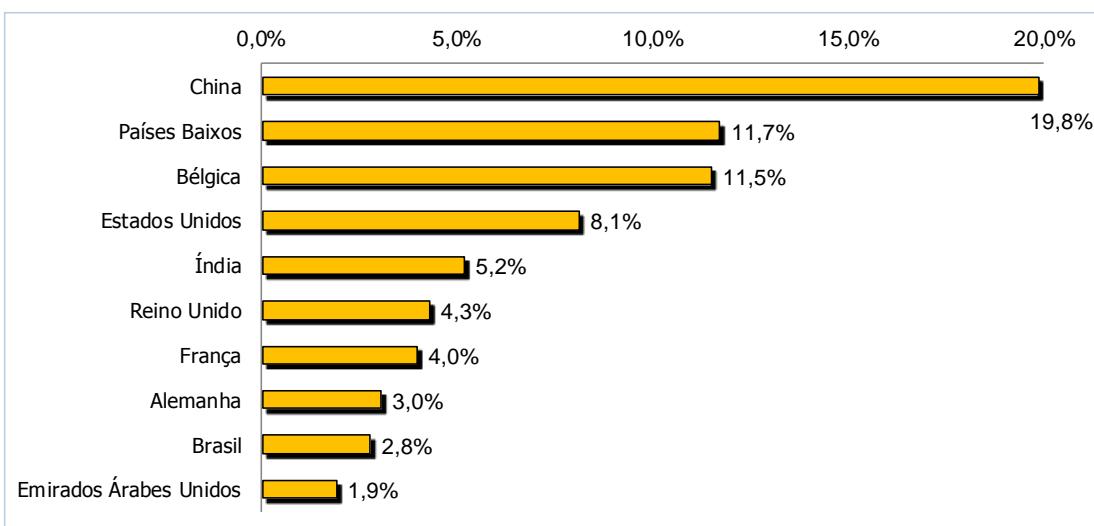
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Setembro de 2017.



Principais origens das importações da Nigéria
US\$ bilhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	6,98	19,8%
Países Baixos	4,12	11,7%
Bélgica	4,04	11,5%
Estados Unidos	2,85	8,1%
Índia	1,82	5,2%
Reino Unido	1,50	4,3%
França	1,39	4,0%
Alemanha	1,07	3,0%
Brasil	0,97	2,8%
Emirados Árabes Unidos	0,67	1,9%
Subtotal	26,08	74,1%
Outros países	9,12	25,9%
Total	35,19	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Setembro de 2017.



Principais indicadores socioeconômicos da Nigéria

Indicador	2015	2016	2017⁽¹⁾	2018⁽¹⁾	2019⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,65%	-1,54%	0,83%	1,89%	1,87%
PIB nominal (US\$ bilhões)	493,84	405,95	400,62	472,07	557,42
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.763	2.211	2.123	2.435	2.798
PIB PPP (US\$ trilhão)	1,09	1,09	1,13	1,71	1,22
PIB PPP "per capita" (US\$)	6.121	5.942	5.960	6.043	6.123
População (milhões habitantes)	178,72	183,64	188,69	193,88	199,21
Desemprego (%)	9,00%	12,70%	n.d.	n.d.	n.d.
Inflação (%) ⁽²⁾	9,55%	18,57%	17,50%	17,50%	14,51%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,19%	0,65%	0,99%	1,00%	0,72%
Dívida externa (US\$ bilhões)	29,03	31,41	35,23	38,22	40,00
Câmbio (N / US\$) ⁽²⁾	196,50	304,50	360,73	384,50	430,00
Origem do PIB (2016 Estimativa)					
Agricultura			21,1%		
Indústria			19,4%		
Serviços			59,5%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, July 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report September 2017 e da Cia Factbook.
 (n.d.) Dado não disponível.
 (1) Estimativas FMI e EIU.
 (2) Média de fim de período.

